# ATA REUNIÃO CMPC

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil de dezesseis foi realizada na sede da Secretaria da Cultura de Sorocaba a reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, presidida por Jaqueline Gomes da Silva, secretária de cultura. A reunião teve como participantes os conselheiros: André Mascarenhas, Glaucilene Rodrigues da Mota, Cláudia Tavares Ribeiro da Secretaria da Cultura e Jéssica Pedrosa da Secretaria da Educação e da sociedade civil os conselheiros representantes: Maurício Caetano, Carlos Doles, Geraldo Aparecido Ricci, Jorge Antunes Ribeiro, Luciana Gonçalves Valsechi, Magda dos Santos Barbosa, Cristina Delanhesi, Rodrigo Otávio Bertoncini Mendes, Thiago Consiglio, além dos participantes Antônio Silvera, secretário de governo, José Francisco Martinez, presidente da Câmara Municipal de vereadores e seu assessor Maurício Mota. Iniciada às 15h15, Jaqueline agradece a presença de todos e entrega uma pasta com documentos pertinentes à reunião e diz que trata-se da proposta entre a prefeitura e a câmara municipal, onde a Câmara se compromete em agilizar a votação das alterações nas legislações referentes à 5 (cinco) leis (FMC, SMC, Prêmio de literatura, CMPC e LINC) além do compromisso do Vereador Martinez em indicar emendas impositivas direcionadas ao Fundo Municipal de Cultura, por meio de uma rubrica no LOA do ano de 2017, confirma Antônio Silveira, secretário de Governo. Com a aprovação das alterações na Câmara, a Linc e o Prêmio 2016 poderão ser custeados com os recursos do Fundo Municipal de Cultura. Martinez afirma que essa mudança é, apenas para esse caso e para os editais de 2016, não alterando a fonte da verba dessas leis de forma permanente. Martinez diz que terão de ser alteradas cinco leis, que estão ligadas entre si, o que poderia ser revolvido fazendo-se a aglutinação em uma única lei, a fim de terem tempo da aprovação na Câmara Municipal, e diz que os conselheiros poderão se organizar para verificar a questão e depois trazer uma devolutiva a respeito do assunto e, então, colocar a proposta para votação no plenário, e frisa a importância da presença dos conselheiros e classe artística no dia da votação, caso a resposta do CMPC seja positiva. Martinez diz que, ele e o vereador Anselmo dividem o compromisso de devolver o recurso utilizado do Fundo por meio da emenda impositiva, caso os outros dezoito vereadores não aprovem, diz que mesmo que haja alteração no governo é importante a participação dos conselheiros na hora da distribuição das emendas por parte dos vereadores, a fim de que seja devolvido essa verba prevista por meio dessa emenda impositiva, devolvendo o dinheiro para o Fundo de Cultura. Cristina pergunta se não há a possibilidade de pagar no próximo ano, para tanto, Martinez afirma que não precisaria então fazer nenhuma alteração nas leis, entretanto, existe a possibilidade de se verificar se isso é possível, do ponto de vista legal, considerando que o edital da linc e o prêmio referem-se ao ano corrente. Magda pergunta se, por acaso, os outros vereadores não concordarem com a proposta, isso ocorreria da mesma forma, mas Martinez afirma que nesse caso ele e o vereador Anselmo cobririam a emenda por meio da rubrica. Pêu pergunta se, num cenário mais favorável, quanto tempo levaria para que essa verba fosse reposta, Martinez explica que, nesse caso, teria que repor essa verba ainda no primeiro semestre de 2017. Jaqueline diz que, nesse caso, cabe ao CMPC decidir essa questão com seus pares e, só depois dar uma devolutiva. Geraldo

pergunta se quanto às emendas impositivas do ano passado, se todas foram cumpridas esse ano, Martinez e Antônio Silveira dizem que todas as emendas impositivas que foram indicadas de forma correta foram executadas. Jaqueline esclarece que, assim que seja votada a lei, em caso positivo para a alteração, a verba já pode ser liberada para pagar a Linc. Cristina pergunta se, nesse caso, aberto esse precedente, não se abriria precedentes para futuras alterações em casos parecidos, isso é, que a Linc ficasse permanentemente dependendo de verba do Fundo, Martinez esclarece que não e que esta alteração é provisória para esse único caso especificamente e será feito uma única vez. Jaqueline esclarece que, para não ficar dúvidas, os conselheiros podem ficar com os documentos e os lerem com calma para uma futura decisão em conjunto. Martinez diz que os conselheiros devem avaliar os documentos, dando posterior devolutiva à secretária e cabendo somente aos conselheiros essa decisão. Dessa forma, colocada a proposta, Antonio Silveira e Martinez se retiram a fim de que os conselheiros possam analisar os documentos. Jaqueline diz que se os conselheiros concordarem que os outros participantes da sociedade civil participem da reunião, fica autorizado, cabendo aos mesmos decidir essa questão, frisando que o CMPC é soberano e sua decisão que norteará essa possível alteração, ou não. Jaqueline frisa que essa é uma situação difícil para ela enquanto secretária e conselheira, bem como para os conselheiros, mas reitera que essa é a única possibilidade apresentada no momento para se viabilizar a Linc e o Prêmio de Literatura. Thiago diz que é importante que haja diálogo entre os conselheiros e os artistas que estão aguardando para participar na recepção e diz que dessas pessoas podem ser retirados representantes para participar da reunião. Maurício diz que concorda com essa participação, pois as reuniões do conselho devem manter-se abertas, como têm sido até o momento, no entanto sugere que talvez eles não tenham direito a palavra a fim de não tumultuar as discussões. Jaqueline diz que tudo bem e que essa reunião é do CMPC, porém, que é importante que os conselheiros conheçam bem a matéria em pauta antes de apresentá-las para outras pessoas. Pêu pergunta se há a possibilidade de que seja previsto uma parte do orçamento da SECULT para o Fundo Municipal de Cultura. Jaqueline diz que essa uma questão para a próxima gestão. Cristina sugere que seja verificada a possibilidade da contratação de um jurista para que ele possa analisar as questões burocráticas que o Conselho não consegue. Jaqueline lhe explica que o dinheiro do Fundo não pode viabilizar questões administrativas e sim apenas de fomento. E Rodrigo diz que poderia verificar com alguns conhecidos da OAB se eles poderiam fazer essa análise. Geraldo diz que tem uma dúvida com relação ao documento, sobre a regulação da Lei do Fundo e Jaqueline diz que essa seria uma oportunidade de fazer essa alteração, excluindo o dispositivo na lei que dispõe que a lei do Fundo se autorregule, cujo questionamento, inclusive, surgiu em uma reunião anterior do CMPC, Doles lembra que a lei municipal do Fundo deve estar em consonância com a lei do sistema nacional. Sobre a participação das pessoas que estão aguardando, Thiago e Maurício dizem que vão descer chamar os astistas que estão aguardando para a sua participação nessa reunião, após acordo de todos sobre isso. Jaqueline diz que os conselheiros deverão se ater quanto à questão da rubrica e da emenda impositiva e que devem analisar os documentos, cujas

alterações são entorno desses assuntos. Pêu diz que receia que a decisão do CMPC não seja previsto na LOA, Jaqueline diz que por isso é importante a participação dos conselheiros na votação da LOA. Geraldo pergunta se não há a possibilidade desta decisão não ser acatada na câmara e Magda pergunta se o próprio executivo não pode anular a decisão, mas Régis e Doles esclarecem que nesse caso, como se trata de uma imposição da câmara, o executivo não pode cancelá-la. Cristina diz que é da opinião de que deve ser usada a verba, pois os artistas se inscreveram e a verba deve ser liberada. Magda pergunta como que o edital foi publicado, e agora não há mais verba para o mesmo, mas foi esclarecido que nesse caso, a verba prevista não é fixa nem segura, podendo ser alterada, caso seja justificado o remanejamento, como o foi o caso da Linc em 2016. Pêu diz que os conselheiros devem usar essa vantagem agora proposta para viabilizar a Linc, sendo essa uma forma de garantir a Linc bem como do atual governo sanar esse problema. Régis diz que o maior ganho que podemos ter com essa decisão é o amadurecimento do CMPC. Então, Doles apresenta aos demais artistas presentes qual é a proposta, esclarece que Martinez e o Secretário de Governo, Antonio Silveira, participaram e colocaram a possibilidade em se fazer essa rubrica, específica, e que Martnez e Anselmo já se propõem a viabilizar essa rubrica. Jaqueline e Gláucia esclarecem que nos documentos estão as alterações das leis que devem ser mudadas, aglutinadas em uma única alteração, a fim de que se tenha tempo hábil de se viabilizar a alteração. Rodrigo Cintra pergunta, por que também há a previsão de alteração com relação ao prêmio de Literatura, e Jaqueline esclarece que foi inserida essa alteração pois o prêmio também já teve o seu edital aberto e o seu processo já ocorreu, faltando apenas a publicação do resultado final e premiação. Flávio pergunta qual é a posição do CMPC até o momento e Doles esclarece que o conselho está começando a decidir isso nesse momento. Flávio pergunta qual é a garantia de que o dinheiro será devolvido ao Fundo, Gláucia esclarece que a rubrica é a garantia, sendo importantíssimo a participação dos artistas na votação e que a rubrica já especificará o destino e o valor a ser devolvido ao Fundo, Gláucia também lembra que se esperarmos a aprovação na LOA, não teremos tempo com a alteração da lei, por conta do período de eleições. Rodrigo lembra que mesmo que haja a alteração na lei e a aprovação na LOA, deverá haver uma reunião do CMPC, o qual deverá decidir se essa verba será ou não destinada à Linc e/ou ao Prêmio de Literatura. Gláucia esclarece que na quarta-feira (24/08) haverá reunião ordinária do CMPC para eleição dos novos conselheiros, inclusive inscritos na área de literatura, então Pêu propõe que a decisão seja tomada no dia, inclusive porque assim teremos representantes de Literatura para decidir com relação ao prêmio. Jéssica esclarece que sendo a decisão tomada nesse dia, teremos tempo hábil para a aprovação. Assim, alguns conselheiros decidem que levarão os documentos para analisá-los e que a decisão será tomada na próxima reunião do CMPC, agendada para quarta-feira, 24/08, Thiago e Cristina Delanhesi são da opinião de que deve-se votar hoje, Cristina declara que já está decidia e que seu voto é a favor das alterações propostas. Magda diz que precisa ler com calma o documento antes de decidir, Maurício também declara que se deixar para quarta os documentos poderão ser analisados com mais calma. Jaqueline pergunta se os conselheiros concordam em incluir o

Prêmio de Literatura na alteração, e a maioria vota que sim. Jaqueline pergunta se serão decididas as alterações hoje ou não. Rodrigo frisa que tem dúvida quanto à alteração proposta, pois na mesma consta que "as despesas referentes às leis serão usadas por meio de verba do Fundo para editais de 2016", devendo também constar que, "após essa edição de 2016, as despesas das leis voltarão a ser a partir de dotações próprias", Gláucia diz que a proposta de alteração pode ser corrigida. Os conselheiros votam pela alteração hoje, votando 6 (seis) conselheiros que deve ser alterado hoje e 4 (quatro) que deverá ser votado a quarta-feira. Rodrigo lê a proposta de alteração com relação à atual minuta, conforme acima descrito, frisando que a alteração cria uma exceção e não uma regra. Então, Rodrigo pergunta sobre a alteração com relação à autorregulamentação do Fundo e Jaqueline esclarece que essa questão surgiu em reunião do CMPC e Rodrigo propõe ainda que seja excluída essa parte, mas que conste, de qualquer forma, que a lei deverá ser regulamentada. Então, os conselheiros votam se concordam ou não com as alterações propostas nas leis, e a maioria vota positivamente com relação às alterações. Magda registra que seu voto é não e que isso se dá apenas pelo fato de não ver nenhuma garantia de que a verba seja devolvida ao Fundo. Entretanto, Geraldo verifica que ainda há questões a serem discutidas e Jaqueline propõe que seja votado definitivamente na quarta-feira, após uma análise detida dos conselheiros sobre as modificações. Porém, Rodrigo esclarece a dúvida, que está descrita em um artigo posterior, dessa forma, Pêu, Cláudia, André e Doles se posicionam que deve votado na quarta-feira, Jéssica também frisa que é importante que o documento seja analisado por outras pessoas, Magda frisa que é da opinião de que seja votado na quarta, sendo assim, a maioria dos conselheiros votam anulando a votação anterior, a maioria vota sim, excetuando Thiago, em seguida, votam se concordam em que seja votado na quarta-feira, sendo unânime para que seja nessa data, após leitura mais calma do documento. Não havendo nada mais a tratar, eu, André Mascarenhas, lavro a presente ata.

Ciente e de acordo:

André Mascarenhas

Régis Massarotto

Claudia T. Ribeiro

Magda S. Barbosa

Luciana Valsechi

Carlos Doles

Ver. José Francisco Martines

Sec. de Governo Antônio Silveira

Maurício Mattos

Rodrigo Mendes

Geraldo Ricci

Jéssica Pedrosa

Cristina Delanhesi

Thiago Consíglio

Glaucia Mota

Sec. da Cultura Jaqueline Gomes